

Interseções

Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares

ISSN: 1517-6088

ISSN: 2317-1456

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Richter Gomes, Sandro Aramis

A formação de uma agremiação situacionista na Era Vargas: origens das carreiras políticas de dirigentes e candidatos do Partido Social Democrático do Paraná (1933-1937)

Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares,
vol. 25, núm. 1, 2023, Janeiro-Abril, pp. 51-82

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

DOI: <https://doi.org/10.12957/irei.2023.77487>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=41275407003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

A formação de uma agremiação situacionista na Era Vargas: origens das carreiras políticas de dirigentes e candidatos do Partido Social Democrático do Paraná (1933-1937)

Sandro Aramis Richter Gomes ¹

Resumo

Neste artigo é desenvolvida uma investigação sobre o princípio da atividade política de dirigentes e candidatos de uma agremiação situacionista denominada Partido Social Democrático do Paraná (PSD-PR), cuja existência abrangeu os anos de 1933 a 1937. O objetivo deste estudo é avançar na compreensão acerca da organização interna e do desempenho eleitoral dos partidos estaduais que surgiram no contexto do Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas. Há três argumentos sustentados neste artigo. Primeiro, é demonstrado que a direção do PSD-PR contou com a presença de indivíduos oriundos dos partidos governistas da Primeira República. Houve veteranos que tiveram destacada participação na estruturação desse partido. Segundo, cumpre salientar que a maioria dos candidatos eleitoralmente competitivos dessa agremiação era novata na cena política. Terceiro, é evidenciado que o PSD-PR pertenceu ao rol de partidos governistas eleitoralmente competitivos. Nessa época, foram poucos os dissidentes e oposicionistas históricos que conseguiram suplantam os candidatos situacionistas do Paraná.

Palavras-chave

elites políticas; era Vargas; partidos estaduais.

Abstract

This article analyzes the beginning of the political activity of leaders and candidates of the ruling party named Paraná's Social Democratic Party (PSD-PR), whose existence covered the years from 1933 to 1937. The objective of this study is to advance in the understanding of the internal organization and the electoral performance of the regional parties that emerged in the context of the Provisional Government (1930-1934) of Getúlio Vargas. There are three arguments presented in this article. First, the central committee of PSD-PR had the presence of individuals from the ruling parties of the First Republic. Thus, the veterans had an outstanding participation in the structuring of PSD-PR. Second, most of the party's electorally competitive candidates were new to the political scene. Third, it is proven that the PSD-PR belonged to the group of electorally more competitive ruling parties. At that time, only a few dissidents and historical oppositionists were able to supplant the candidates of Parana's ruling party.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: argomes8@gmail.com.

Keywords

political elites; Vargas era; regional parties.

Introdução

Neste artigo é realizada uma investigação acerca da origem das carreiras políticas de dirigentes e candidatos de uma agremiação estadual denominada Partido Social Democrático do Paraná (PSD-PR). Fundado em 1933, esse partido foi extinto em 1937. O objetivo dessa análise é produzir conhecimento sobre a estrutura interna e o desempenho eleitoral das agremiações constituídas nos anos imediatamente posteriores à Revolução de 1930. A realização dessa abordagem também propicia o entendimento das mudanças ocorridas nos estados, após o fim da Primeira República, quanto à competição entre as forças de situação e de oposição. Cumpre evidenciar que nesse período as disputas entre os partidos se tornaram mais acirradas, visto que surgiram agremiações oposicionistas dotadas da condição de ameaçar o sucesso eleitoral das chapas governistas.

Há três argumentos fundamentados neste trabalho. Primeiro, é salientado que uma parcela dos dirigentes do PSD-PR era egressa do partido situacionista que existiu no Paraná ao tempo da Primeira República. A gestão da grei não foi conferida apenas a indivíduos que principiaram a atuar na vida política no contexto da campanha presidencial de 1930. O partido contou com a presença de indivíduos que não foram eleitores de Getúlio Vargas nessa campanha, mas tinham experiência na administração de diretórios. No Paraná, portanto, os adesistas não demoraram a conquistar posições relevantes no interior da nova agremiação governista.

Segundo, cumpre destacar que, em sua maioria, os candidatos novatos pertencentes a essa grei eram eleitoralmente competitivos. Tratava-se de uma geração de políticos que ascendeu à cena partidária do Paraná após o exercício de cargos comissionados estaduais nos primeiros anos do Governo Provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas. Nessa época, em tal estado, houve efetiva renovação do rol de lideranças políticas. Ao mesmo tempo, é destacado que um dos fatores do êxito eleitoral do PSD-PR nas eleições legislativas de 1934 decorreu do apoio de lideranças partidárias do interior. Elas se incumbiram de organizar diretórios locais e consolidar a presença do partido no interior do estado.

Terceiro, cabe destacar que o PSD-PR pertenceu ao grupo de partidos governistas eleitoralmente fortes, os quais amealharam a maioria das vagas nas instâncias do Poder Legislativo. De todo modo, essa agremiação experimentou uma queda de seu desempenho eleitoral em 1934. Nessa época, as agremiações oposicionistas impediram que o PSD-PR obtivesse a totalidade das vagas em disputa para cargos legislativos. Os oposicionistas históricos e dissidentes da agremiação situacionista possuíam uma força eleitoral suficiente para assegurar aos seus partidos uma representação mínima em instituições parlamentares.

Os estudos a respeito da vida política brasileira nos anos 1930 têm experimentado avanços. Um dos avanços é referente à análise da elevação do grau de competitividade eleitoral nos estados. Assim, as abordagens contemporâneas sobre o tema enfatizam que no curso daquela década ocorreu a criação de diversas agremiações partidárias. Por consequência, os partidos situacionistas não exerciam absoluto domínio das vagas para os cargos eletivos (COSTA; MASSIMO; PERISSINOTTO, 2017; SILVA E.; SILVA T., 2015).

Outro avanço é decorrente da análise do destino, ao longo da Era Vargas, de egressos dos partidos estaduais da Primeira República. Os estudos políticos têm evidenciado as formas de acomodação desses egressos em esferas administrativas de estados como Paraná e São Paulo a partir da implantação do Estado Novo (CODATO, 2008; DAGOSTIM, 2011).

Por outro lado, as análises políticas ainda se ressentem da falta de investigações sobre a composição social, as flutuações do desempenho eleitoral e as crises internas aos partidos que surgiram nos primeiros anos da Era Vargas. É apenas ocasional o aparecimento de trabalhos que se voltem ao estudo da votação das agremiações estaduais que funcionaram naquela época (NOLL; TRINDADE, 2004; RICCI, 2019). Ao mesmo tempo, permanece pouco avançada a compreensão dos modelos de gestão partidária das formas de recrutamento de correligionários e das circunstâncias do malogro eleitoral dos partidos criados ao tempo do Governo Provisório.

Portanto, é pouco comum o aparecimento de trabalhos referentes à organização interna de agremiações regionais (LAPUENTE, 2016; PRADO, 1986; RAMOS, 1980). Nesse particular, trata-se de destacar que há tempos os partidos estaduais denominados PSD não têm obtido especial atenção dos estudos históricos (PANDOLFI, 1980; RAMOS, 1993). Permanecem muito limitados os avanços no entendimento da consolidação e dos limites do predomínio eleitoral dessas agremiações, as quais eram ligadas aos interventores federais.

Em última instância, os estudos referentes aos partidos brasileiros dos anos 1930 ainda se revestem de um caráter panorâmico. A identificação de suas principais lideranças, das suas alianças com outras agremiações e do grau de sua força eleitoral consiste no limite da contribuição propiciada por esses estudos (ACHIAMÉ, 2010; OLIVEIRA, 2004; SPINELLI, 2010). Há restrita ênfase no entendimento das diferenças entre as agremiações no que concerne à capacidade de absorver antigos adversários e de consolidar uma base de apoiadores em áreas distantes das capitais. Desse modo, mantém-se em estágio incipiente o conhecimento dos processos de constituição, ação eleitoral e desorganização de partidos estaduais no aludido período.

De sua parte, o presente artigo se volta à tarefa de investigar a gênese da organização de um partido estadual que funcionou no decorrer dos anos 1930. Para tanto, convém empregar métodos de análise inspirados na prosopografia (CHARLE, 2006; STONE, 2011). Nesse quadro, o levantamento de informações sobre a atividade profissional e as carreiras políticas de dirigentes e candidatos do PSD-PR permite reconhecer aspectos convergentes quanto às formas de ingresso e ascensão política de uma parcela dos correligionários dessa grei. Esse levantamento também favorece o reconhecimento de distinções entre os primeiros filiados a esse partido. Dentre essas distinções, cabe enfatizar a natureza dos laços políticos que constituíram ao longo da Primeira República, as posições que ocuparam na administração pública durante o Governo Provisório e o seu grau de competitividade eleitoral.

Crítérios de levantamento e análise das informações oriundas de periódicos

O estudo das carreiras políticas dos candidatos e dirigentes do PSD-PR foi aqui realizado por meio da consulta a periódicos que publicavam informações sobre a rotina de nomeações e demissões dos órgãos públicos paranaenses. Distribuídas por quatro quadros, as informações respeitantes a essas carreiras são oriundas de jornais diários. Neste trabalho, privilegiou-se selecionar periódicos que assumiram a função de um diário oficial, de modo que apresentavam informações detalhadas acerca da composição dos órgãos da administração estadual.²

² As fontes utilizadas neste artigo estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>. A consulta a periódicos de circulação regional e nacional ocorreu em 2020. Nessa época, a digitalização dos jornais paranaenses no referido sítio estava em andamento. Portanto, os periódicos empregados neste trabalho não representam todo o conjunto

Nesse âmbito, o jornal *A República* desponta como a principal fonte de informações sobre as funções públicas exercidas por paranaenses nas esferas municipal, estadual e federal ao tempo da Primeira República. As nomeações e exonerações de funcionários públicos, notadamente os ocupantes de cargos em comissão, eram objeto da atenção da imprensa regional. Tratava-se de um período em que os governadores e prefeitos paranaenses preenchiam boa parte dos cargos por meio de indicações discricionárias.

Nos anos 1930, os periódicos alinhados ao situacionismo, sobretudo *O Dia*, veicularam regularmente informações acerca das nomeações para as agências da administração regional. A consulta a jornais situacionistas também foi capital para a análise da vida interna do PSD-PR. Essa análise evidenciou que a composição do seu diretório central pouco se modificou no curso daquela década. A dissidência ocorrida no interior da agremiação não provocou uma renovação expressiva do seu quadro de líderes.

Por fim, cumpre mencionar que a análise de jornais datados da Primeira República e do Governo Provisório possibilitou identificar as profissões e os municípios de origem dos expoentes do PSD-PR. Notou-se que esses correligionários desenvolveram carreiras profissionais muito estáveis. Nesse partido, não era comum que as suas lideranças exercessem distintos ofícios. Ao mesmo tempo, cabe reconhecer que a maioria dos próceres da agremiação não se afastou de suas cidades natais ao tempo em que PSD-PR esteve em atividade. Em geral, os dirigentes e candidatos desse partido não tiveram os seus percursos marcados pela migração. A maioria desses correligionários residiu em Curitiba, a capital do estado. Portanto, a mobilidade profissional e espacial não foi inerente à maioria dos percursos sociais estudados no presente artigo.

A constituição do diretório central do PSD-PR: a acomodação de novatos e veteranos no núcleo dirigente da grei

A finalidade desta seção consiste no estudo da composição social do grupo dirigente do PSD-PR, o qual foi formado em janeiro de 1933 (*O DIA*, 7 jan. 1933, p.1). O desenvolvimento dessa análise requer a apresentação de um panorama da cena política paranaense no começo dos anos 1930. Para tanto, cumpre fundamentar duas constatações.

Primeiro, compete ressaltar que, no ano da criação do partido, existiam apenas três agremiações em funcionamento no Paraná. O campo governista era

de jornais situacionistas e oposicionistas publicados no Paraná nos anos 1930.

representado pelo PSD. Em tal época, havia outras sete agremiações estaduais que empregavam a sigla *PSD*. Elas se aproximavam pelo fato de que faziam parte da base de sustentação política dos interventores federais nomeados por Getúlio Vargas. Os seus filiados tinham o compromisso de defender a ação administrativa dos interventores.

Esses partidos se assemelhavam pelo motivo de que foram organizados com o intuito de congregiar os integrantes da ordem situacionista surgida no Brasil após a Revolução de 1930. Por outro lado, cabe reconhecer que essas agremiações homônimas eram independentes entre si. Elas não formaram um partido nacional. No começo dos anos 1930, foram criadas unidades do *PSD* nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Nesse período, não havia uma agremiação situacionista que funcionasse em todo o país (ABREU, 2015).

Nos anos 1930, a maioria das agremiações brasileiras possuía uma atuação limitada ao nível estadual (NOHLEN, 2005). A despeito do predomínio dos partidos estaduais, surgiram partidos dotados de um repertório de propostas de abrangência nacional. A Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora eram agremiações nacionais situadas, respectivamente, à direita e à esquerda do campo político. Assim, a polarização política decorrente da coexistência de programas partidários muito distintos foi inerente aos primeiros anos da Era Vargas (SOUZA, 1983).

No Paraná, em 1933, a oposição ao PSD era constituída por duas agremiações. Uma das agremiações era o Partido Liberal Paranaense (PLP), cuja fundação ocorreu em 1931 (O DIA, 16 ago. 1931, p.1). Ele era composto por apoiadores da candidatura presidencial de Getúlio Vargas, em 1930. A agremiação era liderada pelo general Mário Tourinho (1871-1964), que foi interventor federal no Paraná de 1930 a 1931.

Quando Tourinho foi destituído do cargo, o PLP se tornou uma agremiação oposicionista. A nomeação do novo interventor, Manuel Ribas (1873-1946), levou os correligionários de Tourinho a perderem posições na administração pública para os adesistas, isto é, os indivíduos que não eram apoiadores históricos de Vargas (CORREIO DO PARANÁ, 9 abr. 1932, p.1). Em resumo, uma parcela dos apoiadores de primeira hora do novo presidente da República não permaneceu por longo tempo inserida no campo governista do Paraná.

Nesse estado, a dissidência entre os partidários de Vargas permitiu que houvesse uma polarização eleitoral. Os dissidentes do grupo situacionista eram suficientemente coesos para organizar um partido, disputar eleições e conquistar mandatos. A existência do PLP possibilitou que, após migrarem

para a oposição, as lideranças paranaenses da campanha presidencial de Vargas continuassem ativas na cena partidária. Em 1934, essa grei assumiu a denominação de Partido Social Nacionalista (PSN). O grupo político de Tourinho exerceu o controle do diretório estadual dessa nova agremiação (DIÁRIO DA TARDE, 17 abr. 1934, p.1).

A outra agremiação oposicionista era o Partido Republicano Paranaense (PRP). Essa grei era formada pelos políticos que perderam seus mandatos e cargos comissionados em virtude da Revolução de 1930. Esse partido era homônimo do existente na Primeira República. Nas quatro primeiras décadas republicanas, o PRP não foi eleitoralmente ameaçado pelos efêmeros partidos de oposição.³ Nesse período, os líderes do partido acumularam vasta experiência no exercício de mandatos parlamentares e de cargos do Poder Executivo. Eles pertenceram a uma oligarquia cujas eventuais dissensões não foram suficientes para minar a força eleitoral da agremiação governista (GOULART, 2014).⁴

Os antigos expoentes do PRP começaram a articular o seu retorno à vida política no ano de 1932 (GAZETA DO POVO, 24 nov. 1932, p.1). Em 1934, esse partido passou por uma reestruturação administrativa e assumiu a denominação de União Republicana Paranaense (URP) (DIÁRIO DA TARDE, 02 jul. 1934, p.1).

De fato, as tentativas de reorganização do partido governista do Paraná da Primeira República não contaram com a adesão integral dos antigos correligionários da agremiação (DIÁRIO DA TARDE, 4 ago. 1934, p.1). De todo modo, os chefes políticos destituídos em 1930 conservaram um grau de unidade que lhes permitiu reativar uma agremiação partidária. Eles também preservaram uma base eleitoral suficiente para assegurar uma representação mínima em instituições do Poder Legislativo. Conforme demonstrado no decorrer deste artigo, no mencionado decênio, o partido formado pelos

³ As sucessivas derrotas das agremiações oposicionistas foram características da história eleitoral do Paraná durante a Primeira República. As derrotas desmobilizavam os correligionários e provocavam a extinção dos pequenos partidos. A contestação dos resultados eleitorais em pleitos como o de deputado federal era o limite do combate oferecido pela oposição aos candidatos governistas. Essa contestação foi uma medida adotada pelas oposições de distintas regiões do país (ZULINI, 2016). Não havia substancial distinção quanto ao comportamento político-eleitoral da oposição paranaense comparativamente ao adotado pelas oposições dos demais estados brasileiros.

⁴ Na Primeira República, os embates entre situacionistas paranaenses decorriam de fatores como a competição para a indicação de candidatos a cargos legislativos e executivos. Em distintos estados, a prerrogativa de indicar ocupantes de cargos públicos provocava contendas entre os membros das oligarquias (SANTOS, 2013).

políticos paranaenses privados de seus cargos em 1930 se tornou a principal agremiação oposicionista do Paraná.

Em verdade, a capacidade de retornar à cena partidária não foi peculiar apenas aos paranaenses que atuaram como situacionistas durante a Primeira República. Em estados como Minas Gerais e São Paulo, as lideranças dos antigos partidos estaduais também retomaram suas atividades políticas ao tempo do Governo Provisório. A esse respeito, cumpre salientar que o Partido Republicano Paulista se tornou, a partir da dissolução do Partido Democrático, a principal força oposicionista do Estado de São Paulo nos anos 1930 (PRADO, 1986). Ao mesmo tempo, o Partido Republicano Mineiro se consolidou como o maior antagonista do Partido Progressista, o qual congregava os governistas de Minas Gerais (RAMOS, 1993).

Compete, por consequência, fundamentar a segunda constatação sobre a cena política do Paraná dos anos 1930. Cumpre destacar que de 1933 a 1934 houve expressivo aumento do número de agremiações partidárias no estado. Esse aumento permitiu que o jogo político não ficasse limitado ao embate entre os apoiadores do Governo Vargas e os políticos oriundos da ordem política vigente na Primeira República. A esse respeito, cabe ressaltar que naquela década foram implantados no estado diretórios municipais de uma agremiação nacional, a Ação Integralista Brasileira (ALVES, 2019; DITZEL, 2007; OLIVEIRA, 2015). No contexto das eleições parlamentares de 1934, funcionavam no Paraná agremiações comandadas por representantes de específicos segmentos da sociedade, a exemplo dos católicos, os estudantes e os operários (RICCI, 2019).

Porém, até o momento da implantação do Estado Novo, o PSD, a URP e o PSN permaneceram como os partidos mais competitivos do Paraná. Desse modo, o crescimento do número de partidos não ameaçou o predomínio eleitoral dos políticos paranaenses que já possuíam uma sólida posição na cena partidária regional desde a época da Revolução de 1930.

Compete efetuar a análise da composição da Mesa Diretora eleita em 1933 para gerir o PSD-PR. Nesse âmbito, cabe destacar as diferenças entre os dirigentes da grei no que concerne às atividades políticas que desenvolveram nos anos anteriores à Revolução de 1930. Esses dirigentes se distinguiam em decorrência da maior ou menor experiência no jogo eleitoral que vigorou no Paraná ao tempo da Primeira República. Tal análise exige, pois, a atenção às informações contidas no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil político e profissional dos integrantes do Diretório Central do PSD-PR (1933)

Nome	Função no diretório	Profissão	Município de origem	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
Manuel Ribas	Presidente honorário	Diretor de cooperativa de ferroviários	Ponta Grossa (PR)	0	1	Situação	1
Raul Munhoz	Presidente da Mesa Executiva	Militar	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Antônio Jorge Machado Lima	Membro efetivo	Procurador da Fazenda Nacional	Ponta Grossa (PR)	2	0	Situação/Oposição	2
Ayrton Plaisant	Membro efetivo	Militar	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Catão Mena Barreto Monclaro	Membro efetivo	Militar	Porto Alegre (RS)	0	0	Sem filiação	1
Eduardo Virmond de Lima	Membro efetivo	Médico	Curitiba (PR)	1	0	Situação	1
Eurípedes Garcez do Nascimento	Membro efetivo	Médico	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Francisco de Paula Soares Neto	Membro efetivo	Médico	Rio Grande (RS)	0	0	Sem filiação	0
Francisco Martins Franco	Membro efetivo	Médico	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	1
Hugo Gutierrez Simas	Membro efetivo	Advogado	Paranaguá (PR)	3	1	Situação/Oposição	1
Idálio Sardenberg	Membro efetivo	Militar	Porto Alegre (RJ)	0	0	Sem filiação	0
Ivo de Abreu Leão	Membro efetivo	Industrial	Curitiba (PR)	0	0	Sem filiação	2

Fontes: A Federação (RS); A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

O estudo do Quadro 1 permite reconhecer a coexistência, no diretório central do PSD-PR, de três categorias de filiados. A primeira categoria era formada por correligionários que não tiveram experiência nas lides políticas durante as primeiras décadas republicanas. Nessa época, os membros dessa categoria não disputaram eleições, seja como integrantes de uma chapa, seja como candidatos avulsos. Assim, tal grupo era constituído por indivíduos que não mantiveram vínculo formal com uma agremiação e não possuíam uma base de apoio eleitoral nos anos anteriores à Revolução de 1930.

Durante o Governo Provisório, a cena partidária do Paraná foi marcada pela acomodação desses novatos em posições proeminentes na administração do partido governista. Uma parcela do grupo de novatos era composta por militares que se integraram à Aliança Liberal, a qual sustentou a candidatura de Vargas em 1930. Outra fração de novatos era constituída por profissionais liberais que, durante a Primeira República, não estiveram ligados um partido.

Para o refinamento da análise sobre as origens da ação política desses novatos, cumpre dividi-los em dois ramos profissionais. Trata-se de salientar as características das trajetórias que eles desenvolveram nos anos anteriores ao seu ingresso no PSD-PR. Por outro lado, é crucial identificar as posições que ocuparam na administração paranaense no contexto da fundação desse partido.

Um ramo de iniciantes era composto pelos médicos. Uma peculiaridade de tal grupo de dirigentes diz respeito ao fato de que tiveram uma participação estável no PSD-PR. Ao contrário do ocorrido no grupo dos militares, os médicos mencionados no Quadro 1 não se desligaram dessa agremiação. Eles tiveram um envolvimento mais consistente na vida política a partir do momento em que ingressaram na Aliança Liberal.

Houve dois destinos comuns aos médicos que se tornaram aliados de primeira hora da candidatura presidencial de Vargas. Um destino consistiu em articular a construção de um partido governista no Paraná. Iniciadas em 1931, essas articulações contaram com a participação de Francisco de Paula Soares Neto (O DIA, 5 fev. 1931, p.2). Outro destino foi obter nomeações para cargos estaduais. A maior parte dos médicos que dirigiram o PSD-PR conquistou essas nomeações. No início dos anos 1930, as distinções entre esses correligionários eram referentes às posições que ocuparam na administração paranaense.

Houve dois médicos que angariaram posições decisivas. Eurípedes do Nascimento e Francisco Martins Franco pertenceram ao Conselho Consultivo do Paraná, um órgão de assessoramento do interventor (O DIA, 3 fev. 1933, p.4). Os conselheiros estavam incumbidos, por exemplo, de emitir pareceres acerca da pertinência das demandas encaminhadas ao Governo Estadual (DAGOSTIM, 2011).

De sua parte, Eduardo Virmond de Lima foi integrado à Diretoria Geral da Saúde Pública. Nessa condição, ele participou de juntas de exames médicos (O DIA, 1º jun. 1933, p.8). Virmond, portanto, tornou-se um funcionário público. A sua atuação na administração estadual era circunscrita aos assuntos de sua profissão. Em relação aos médicos que também participaram do comando do

PSD-PR, ele desempenhou uma posição menos significativa no ordenamento administrativo paranaense.

Os médicos que dirigiram o PSD-PR não se diferenciavam de Virmond apenas pelas funções que exerceram no Governo do Estado. Eles também se distinguiam pelo fato de possuírem maior força eleitoral. Conforme evidenciado na terceira seção deste trabalho, Virmond pertenceu ao rol dos situacionistas pouco competitivos do ponto de vista eleitoral. Assim, as distinções entre os primeiros dirigentes do PSD-PR se iniciaram ao tempo em que os partidários da Revolução de 1930 passaram a controlar os esquemas de nomeações para cargos públicos. Essas diferenças se aprofundaram no contexto das eleições parlamentares de 1934.

O outro ramo de estreantes era constituído pelos militares. Nesse grupo, Catão Menna Barreto e Idílio Sardenberg pertenciam à condição de adventícios. Eles eram provenientes do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o grupo situacionista do Paraná se mostrou aberto à absorção de indivíduos desprovidos de antigos vínculos sociais e familiares no estado.

Analogamente aos médicos citados no Quadro 1, os militares que comandaram o PSD-PR também foram incorporados às políticas de nomeações para cargos públicos no princípio dos anos 1930. Nessa ocasião, houve membros desse grupo que obtiveram posições relevantes no Governo do Estado. Em 1932, o capitão Ayrton Plaisant (1892-1959) foi nomeado chefe de Polícia do Paraná, que era o principal cargo na área de segurança pública no estado. O general Raul Munhoz, por sua vez, ocupou a função de membro do Conselho Consultivo (O DIA, 26 jan. 1933, p.8).

Entretanto, de 1934 a 1937 uma parte dos militares mencionados no Quadro 1 se desligou do grupo político do interventor Manuel Ribas. Em tal época, a vida interna do órgão central do PSD-PR era marcada por embates entre os seus principais dirigentes. Em 1934, o capitão Catão Menna Barreto saiu desse partido e se tornou opositor. Nessa ocasião, ele ingressou no PSN (DIÁRIO DA TARDE, 28 ago. 1934, p.2). Plaisant, por seu turno, afastou-se do interventor em 1937. Ele não aceitou a fusão do PSD paranaense com o PSN. Essa fusão originou o Partido Nacionalista Democrático (PND). Plaisant se empenhou na tarefa de manter o PSD-PR em atividade (DIÁRIO DA TARDE, 25 set. 1937, p.2). A dissolução dos partidos, promovida pelo advento do Estado Novo, encerrou a querela entre Plaisant e as lideranças do PND.

Em resumo, o grupo dirigente do PSD-PR se manteve coeso apenas no contexto das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933. Nos anos seguintes, tal grupo se desagregou. A acentuada interferência do

interventor Manuel Ribas nas articulações eleitorais do partido impediu que o projeto de fusão partidária tivesse o respaldo integral dos fundadores do PSD paranaense (O DIA, 19 jun. 1937, p.1).

Trata-se de dedicar atenção à segunda categoria de dirigentes do PSD-PR. Ela era composta por dois bacharéis em Direito: Antônio Jorge Machado Lima (1886-1960) e Hugo Simas (1883-1941). Eles mantiveram ligações com o partido governista que existiu no Paraná ao tempo da Primeira República. Conforme evidenciado no Quadro 1, o principal benefício decorrente dessas ligações consistiu na conquista de cargos públicos. Porém, Lima e Simas se desligaram do grupo situacionista em meados dos anos 1910. Desse modo, a camada minoritária dos gestores do PSD paranaense era composta por veteranos cuja condição de oposicionista lhes criou dificuldades, nos decênios de 1910 e 1920, para alcançar posições de destaque no cenário político do estado.

A fundação do PSD-PR propiciou que veteranos da vida política regional exercessem decisiva ingerência sobre a condução de um partido eleitoralmente competitivo. Essa agremiação não era gerida apenas por indivíduos que se familiarizaram com a gestão de um partido a partir dos anos 1930. Ela também era composta por políticos que tinham longo envolvimento na organização de diretórios partidários.⁵ Ao mesmo tempo, as informações do Quadro 1 demonstram que a filiação a esse partido permitiu que políticos veteranos obtivessem novos cargos públicos.⁶ Em última análise, a ordem política instaurada pela Revolução de 1930 promoveu no Paraná a retomada das atividades administrativas de indivíduos que, havia quase duas décadas, estavam afastados dos partidos e dos órgãos públicos.

Cumprir analisar, por fim, os primórdios dos percursos políticos dos componentes da terceira categoria de dirigentes do PSD-PR. Tal categoria era composta por Manuel Ribas e Ivo de Abreu Leão (1898-1963), que atuava como empresário do ramo ervateiro. Eles se aproximavam pelo fato de que, nos anos anteriores à Revolução de 1930, estavam envolvidos em círculos sociais

⁵ Hugo Simas pertencera ao Partido Autonomista (1919-1921), uma agremiação estadual fundada por dissidentes do governismo paranaense (A REPÚBLICA, 21 nov. 1919, p.3). De sua parte, Machado Lima foi um dos fundadores, em 1926, do Partido Democrático Paranaense (O DIA, 21 dez. 1926, p.1).

⁶ Hugo Simas, que fora Promotor Público durante a Primeira República, retornou ao Poder Judiciário do Paraná na qualidade de Procurador-Geral do Estado. Ele permaneceu nesse cargo de 1932 a 1933 (DIÁRIO DA TARDE, 09 fev. 1933, p.2). Em 1933, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (DIÁRIO DA TARDE, 07 ago. 1933, p.1). Nesse contexto, Antônio Machado Lima conquistou a nomeação para membro do Conselho Consultivo do Paraná (DIÁRIO DA TARDE, 5 jan. 1933, p.1).

compostos por integrantes de partidos situacionistas. O estudo dos percursos de ambos os indivíduos permite salientar que a referida agremiação teve entre seus dirigentes membros de oligarquias que exerceram influência decisiva na vida política nos anos anteriores à ascensão de Vargas ao cargo de presidente da República.

Cumprе mencionar que, em 1928, Manuel Ribas se elegeu prefeito de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, com o apoio do partido situacionista existente nesse estado (A FEDERAÇÃO, 09 jun. 1928, p.4). O presidente honorário do PSD-PR não era um novato nas articulações referentes à montagem de chapas eleitorais e à formação de alianças entre políticos. O caráter honorífico de seu cargo nesse partido não o impediu de desempenhar interferência concreta na vida interna da agremiação. O episódio da fusão entre o PSD-PR e o PSN foi, pois, o momento da participação mais ostensiva do interventor na gestão do partido situacionista.

Ivo Leão, por sua vez, era membro de uma parentela que pertenceu à elite política paranaense durante o Segundo Reinado. Entre as décadas de 1890 e 1910, essa parentela se manteve integrada às esferas da administração estadual e aos partidos locais. Ao tempo da Revolução de 1930, os familiares de Leão se encontravam politicamente enfraquecidos. Nesse momento, havia mais de uma década que eles haviam se desligado do partido governista. Ou seja, uma nova geração de lideranças situacionistas passou a controlar jogo político-eleitoral do Paraná (GRANATO, 2019). Porém, tal renovação não resultou no completo afastamento desses familiares dos órgãos da administração regional.⁷

No início do Governo Provisório, houve parentes de Leão que permaneceram envolvidos em esquemas de indicações para cargos públicos.⁸ Portanto, o PSD-PR tinha entre seus dirigentes um indivíduo cuja família atravessou distintos contextos envolvida no jogo eleitoral e nas políticas de distribuição de funções públicas. A esse respeito, cabe mencionar que o

⁷ Ivo Leão era bisneto, pelo lado materno, do negociante ervateiro Manuel Antônio Guimarães (1813-1893), o qual liderou o Partido Conservador no litoral paranaense de 1853, quando a Província do Paraná foi criada, a 1889, ano da queda do Império (ALVES, 2014). Nas três primeiras décadas republicanas, um primo paterno de Ivo Leão, o advogado Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940), integrou o núcleo dirigente do partido governista do Paraná. De meados dos anos 1910 e ao começo dos anos 1920, Alencar Guimarães foi o principal nome da oposição estadual (GOMES, 2017).

⁸ Em 1931, por exemplo, um primo de Ivo Leão já estava envolvido nas políticas de nomeações do novo Governo. Esse parente era João de Alencar Guimarães, que na época exercia o cargo de Inspetor Geral dos Veículos do Paraná (O DIA, 8 jan. 1931, p.4). Ele havia desempenhado essa função durante a Primeira República. Assim, tal indivíduo conseguiu negociar junto a antigos adversários sua permanência em um cargo público.

principal efeito do vínculo de Leão à ordem governista, no começo dos anos 1930, consistiu em sua indicação para integrar o Conselho Consultivo (O DIA, 8 nov. 1931, p.1) e presidir o Banco do Estado do Paraná (1932-1935) (DAGOSTIM, 2011). A filiação ao PSD-PR não o levou a seguir uma carreira na política. Todavia, essa filiação lhe possibilitou obter nomeações para desempenhar funções centrais em instituições do Governo local.

Em última instância, a formação da agremiação situacionista do Paraná, no início dos anos 1930, foi uma oportunidade para que antigos personagens da elite política estadual ressurgissem na cena partidária. Realizada na terceira seção deste artigo, a análise do rol de candidatos a deputado estadual pelo PSD-PR permite corroborar essa afirmação.

A disputa para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933: o desempenho eleitoral do PSD-PR

Nesta seção é empreendida a análise do desempenho dos candidatos do PSD-PR no pleito para as quatro vagas da bancada de deputados paranaenses à Assembleia Nacional Constituinte. Ocorrido em 3 de maio de 1933, esse pleito consistiu na primeira ocasião em que um partido situacionista do Paraná não conseguiu eleger todos os candidatos de sua chapa.⁹ A execução dessa abordagem requer, preliminarmente, o estudo das informações contidas no Quadro 2.

⁹ Cabe mencionar que a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte foi o único pleito ocorrido ao tempo do Governo Provisório. No Governo constitucional de Vargas (20/07/1934-10/11/1937), o PSD-PR participou das eleições federais e estaduais de outubro de 1934, bem como apresentou candidatos às eleições municipais de setembro de 1935.

Quadro 2 – Perfil político e profissional dos candidatos do PSD-PR ao cargo de deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1933)¹⁰

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
*Antônio Jorge Machado Lima	Procurador da Fazenda Nacional	Curitiba	Primeiro planalto	2	0	Situação/ Oposição	2
*Idílio Sardenberg	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Manuel Lacerda Pinto	Advogado	Lapa	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Raul Munhoz	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1

Fontes: A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

As informações inseridas no Quadro 2 permitem a fundamentação de duas afirmações. Primeiro, cumpre salientar que o PSD-PR apresentou uma chapa composta, em sua maior parte, por indivíduos que não desenvolveram uma carreira política anteriormente ao ano de 1930. Todavia, a condição de recém-ingressos na vida partidária não os impediu de suplantar os candidatos apresentados pelo PLP e pela URP. Nessa disputa, a votação geral dos partidos foi a seguinte: PSD, 14.888 (61,6%); PLP, 6.480 (26,8%); PRP, 2.789 (11,6%) (O DIA, 18 maio 1933, p.1). A quarta vaga de deputado constituinte foi conquistada pelo general Plínio Tourinho, do PLP. Ele fora um entusiasta da ascensão de Vargas à Presidência. Tourinho era, portanto, um egresso do grupo situacionista constituído no Paraná no começo dos anos 1930 (OLIVEIRA, 1997).

O resultado da eleição parlamentar de 1933 representou, naquele estado, a continuidade do isolamento político dos indivíduos destituídos de seus cargos públicos pela Revolução de 1930. Esse resultado também evidenciou a emergência dos militares como personagens centrais do quadro partidário estadual. Nesse particular, cumpre ressaltar que de 1930 a 1933 os políticos que se envolveram na candidatura presidencial de Vargas conheceram uma expressiva elevação de sua força eleitoral. Por conseguinte, trata-se de analisar

¹⁰ Os indivíduos cujos nomes são precedidos por um asterisco foram eleitos deputados constituintes em 1933.

comparativamente o desempenho dos partidários de Vargas em pleitos para a Câmara dos Deputados realizados no Paraná no final da Primeira República e no início dos anos 1930.

Nesse estado, em 1930, existia um diretório de Aliança Liberal. Em tal ano, a agremiação lançou uma chapa de três candidatos na eleição para as quatro vagas de deputado federal por esse estado. Esses postulantes não conseguiram se eleger. Juntos, eles angariaram 27.957 votos, os quais representaram 20% do total de sufrágios. Nessa ocasião, Antônio Jorge Machado Lima auferiu 9.060 votos e foi o sexto colocado no pleito (O PAIZ, 10 abr. 1930, p.4).

Em sua gênese, o grupo político que criou o PSD-PR adotou uma prática comum aos partidos de oposição que existiram ao longo da Primeira República. Tal prática consistia em lançar chapas incompletas. Do início dos anos 1890 ao ano de 1930, as agremiações minoritárias se apresentaram nos pleitos eleitorais cientes da impossibilidade de ameaharem todas as vagas em disputa. Elas lançavam somente os seus candidatos mais competitivos para evitar a dispersão de votos em uma profusão de postulantes eleitoralmente fracos (FIGUEIREDO, 2016).¹¹

Ao se consolidarem como lideranças governistas, os remanescentes da Aliança Liberal se tornaram os políticos eleitoralmente mais fortes do estado. A esse respeito, atente-se novamente ao caso de Antônio Jorge Machado Lima. Em 1933, já acomodado na condição de prócer do PSD-PR, ele angariou 12.962 sufrágios na disputa para deputado constituinte. Ele foi, pois, o mais votado na disputa em segundo turno para tal cargo (O DIA, 18 maio 1933, p.1). Foi expressiva a diferença da votação que ele obteve em 1933 em relação àquela que angariou em 1930. Conforme mencionado, o grupo governista formado no Paraná ao tempo do Governo Provisório atingiu pouco mais de 60% dos votos no pleito ocorrido em 1933. Nesse estado, a primeira eleição realizada após a Revolução de 1930 evidenciou a consistente base eleitoral dos aliados de primeira hora do presidente Vargas.

Compete, pois, fundamentar a segunda afirmação desta seção. Trata-se de salientar que houve estados em que os partidos governistas não tiveram a

¹¹ Na Primeira República, nas eleições para deputado federal, era muito comum que os partidos de oposição apresentassem ora chapa incompleta, ora candidatura única. Essa opção era estimulada pela existência do *voto cumulativo*, o qual consistia na permissão para que o eleitor concentrasse os seus votos em apenas um candidato. No Paraná, estado que possuía quatro cadeiras na Câmara dos Deputados, o eleitor poderia sufragar por três vezes o mesmo candidato. Instituído em 1904, o voto cumulativo era um artifício que objetivava inibir a formação das “câmaras unânimes”, isto é, legislaturas que contavam apenas com a presença de situacionistas. No entanto, a aplicação desse artifício não foi suficiente para assegurar a eleição de oposicionistas (PORTO, 2002).

maioria dos votos no pleito de 1933. Houve regiões em que os políticos destituídos pela Revolução de 1930 preservaram um alto grau de competitividade eleitoral. Assim, no biênio 1933-1934, existiam partidos de oposição suficientemente fortes para impedir que as agremiações situacionistas tivessem o controle integral das esferas do Poder Legislativo.

Cumpra mencionar que, em 1933, três partidos estaduais alinhados aos interventores tiveram votação menor do que a obtida por agremiações oposicionistas. Os estados em que os partidos situacionistas foram derrotados eram os seguintes: Ceará, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os governistas também foram suplantados pelos seus adversários no Território Federal do Acre (RICCI, 2019, p.278-280). Nesse contexto, o PSD-PR fez parte do conjunto de agremiações governistas que alcançaram, na eleição para deputado constituinte, votação superior a 60% dos sufrágios. Esse conjunto era formado por dez partidos.¹²

De todo modo, não foi irrelevante o desempenho eleitoral das agremiações que congregavam oposicionistas, notadamente aquelas que eram identificadas com a ordem política da Primeira República. Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, agremiações constituídas antes de 1930, apresentaram chapa única para a Assembleia Nacional Constituinte. Essa chapa foi a mais votada (PRADO, 1986). Em Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro, que era formado pelos expoentes da oligarquia estadual, conseguiu reocupar um espaço na cena política. Em 1933, essa agremiação elegeu seis postulantes àquela Assembleia. Havia trinta e sete vagas em disputa (ABREU, 2015).

O fato de o Partido Republicano Paranaense não ter eleito representantes nesse pleito evidencia que, no Paraná, os remanescentes da ordem política da Primeira República experimentaram rápida desarticulação de suas bases eleitorais. Em 1933, a cena política estadual era controlada por correligionários e dissidentes da agremiação governista criada ao tempo do Governo Provisório. Na seção seguinte deste artigo, é evidenciado que em 1934 ocorreu uma redução do percentual de votos obtidos pelo PSD-PR. Essa redução não impossibilitou que esse partido conquistasse a maioria das cadeiras da Assembleia Legislativa e da bancada paranaense na Câmara dos Deputados.

¹² Esse grupo era constituído pelos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul (RICCI, 2019, p.279-281). Nessa época, o Brasil possuía vinte e dois estados.

As eleições para a Câmara dos Deputados em 1934: a pluralidade de agremiações no Paraná

Na presente seção é desenvolvida uma análise sobre a composição da chapa de candidatos do PSD-PR à Câmara dos Deputados. A realização dessa abordagem exige o estudo das informações presentes no Quadro 3.

Quadro 3 – Perfil político e profissional dos candidatos do PSD-PR ao cargo de deputado federal (1934)¹³

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
Ayrton Plaisant	Militar	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Flávio Carvalho Guimarães	Advogado	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	2
Francisco Ferreira Pereira	Engenheiro Civil	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Lauro Sodré Lopes	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	2	0	Situação	1
*Otávio da Silveira	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Francisco de Paula Soares Neto	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0

Fontes: A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

As informações contidas no Quadro 3 permitem a sustentação de duas constatações. Primeiro, cumpre ressaltar que o PSD-PR foi uma agremiação que contou com o apoio de indivíduos oriundos do grupo situacionista que comandou o jogo político paranaense nos anos anteriores à Revolução de 1930. Uma parte dos egressos de tal grupo era eleitoralmente competitiva. Os dirigentes do PSD-PR inseriram na sua chapa de candidatos a deputado federal o bacharel Lauro Sodré Lopes (1898-1964). Nos anos finais da Primeira República, o seu vínculo com os situacionistas lhe permitiu conquistar cargos

¹³ Os indivíduos cujos nomes são precedidos por um asterisco foram eleitos deputados federais em 1934.

no Poder Judiciário. Em 1929, por exemplo, ele foi investido no posto de Promotor Público da Vara Criminal da cidade de Curitiba (A REPÚBLICA, 10 ago. 1929, p.2).

A sua adesão ao novo Governo foi evidenciada no fato de que, em 1934, ele obteve um cargo em comissão – chefe de Polícia do Paraná (O DIA, 20 abr. 1934, p.7). Portanto, seis meses antes de sua eleição para deputado federal, ele atingiu uma posição central na administração paranaense. Conforme mencionado, esse cargo era o mais alto posto na área da segurança pública do estado.

Em última análise, houve adesistas que não encontraram dificuldades para ascender na cena político-partidária do Paraná dos anos 1930. Eles eram pouco numerosos nas chapas de candidatos do PSD-PR. No entanto, a maior parte dos componentes desse grupo conseguiu vencer eleições. Por consequência, eles contribuíram para que a agremiação situacionista formasse as maiores bancadas nas instituições legislativas. Efetuada na seção seguinte deste artigo, a análise do Quadro alusivo aos candidatos do PSD-PR a deputado estadual permite corroborar tal afirmação.

Ao mesmo tempo, as informações do Quadro 3 evidenciam que Sodré suplantou um membro histórico do governismo paranaense, a saber, Ayrton Plaisant. Assim, cabe destacar que havia desigualdades entre os apoiadores de primeira hora do movimento político que levou Vargas à Presidência. Plaisant pertencia, pois, à categoria dos apoiadores históricos eleitoralmente pouco competitivos.

Trata-se, por conseguinte, de fundamentar a segunda constatação desta seção. Cabe salientar que, em 1934, houve uma redução do percentual de votos angariados pelo PSD-PR. Esse partido obteve quatro das seis vagas em disputa para a Câmara dos Deputados. Ele angariou 13.786 votos, os quais perfaziam 40,8% do total de sufrágios (GAZETA DO POVO, 02 nov. 1934, p.2). Nesse período, havia nove agremiações partidárias em atividade no Paraná. De todo modo, os partidos oposicionistas mais competitivos eram os mesmos que participaram das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1933. Reunidos no PSN, os dissidentes do situacionismo conseguiram uma das vagas de deputado federal. Filiados à URP, os remanescentes da ordem governista da Primeira República também elegeram um candidato (O DIA, 31 out. 1934, p.1).

O PSD-PR se consolidou como um partido que conseguiu assegurar maioria na Assembleia Legislativa e na bancada de seu estado na Câmara dos Deputados. Em outros estados, contudo, existiram agremiações governistas que foram suplantadas pelas forças da oposição. Nas eleições parlamentares de

1934, houve partidos situacionistas que tiveram menos sufrágios do que os seus contendores.¹⁴

Em síntese, verifica-se que o aumento do número de agremiações partidárias não se apresentou como um obstáculo para o PSD-PR resguardar o seu controle sobre as instituições políticas do Paraná. Essa grei possuía aliados eleitoralmente competitivos em distintas regiões no estado. Conforme destacado na última seção deste artigo, houve chefes políticos do interior que conseguiram um mandato ao se lançarem candidatos pelo PSD-PR. Nas eleições municipais de 1935, esses chefes asseguraram ao partido a conquista do maior número de prefeituras e das vagas nas câmaras de vereadores. Em 1937, quando ocorreu a dissolução dos partidos, a agremiação continuava a governar a parcela majoritária das cidades do estado (DIÁRIO DA TARDE, 25 set. 1937, p.2).

Outra fonte do poder do PSD-PR consistiu na reaproximação de seus líderes com antigos propagandistas da candidatura presidencial de Vargas. Essa reaproximação ocasionou a fusão entre o PSD-PR e o PSN. Portanto, nos meses pouco anteriores à instauração do Estado Novo, havia apenas um partido de oposição no Paraná, que possuía representação parlamentar. Esse partido era a URP, a qual conseguiu expandir a sua presença por áreas do interior.¹⁵ Em última análise, nos anos seguintes ao pleito de 1934, houve dissídios na cúpula do PSD-PR. No entanto, a passagem do PSN para o campo governista impediu que os desacordos internos promovessem o declínio da força política da agremiação dominante.

A chapa de deputados estaduais do PSD-PR: a coexistência entre veteranos e novatos na cena política regional

Nesta seção, cumpre analisar a composição social da chapa de candidatos à Assembleia do Paraná apresentada pelo PSD-PR às eleições de 14 de outubro de 1934. Trata-se de salientar as diferentes formas de absorção de correligionários por esse partido. Mais precisamente, convém investigar as circunstâncias nas quais ocorreu o ingresso de políticos veteranos e novatos aos

¹⁴ Tais estados eram os seguintes: Alagoas, Ceará, Maranhão e Mato Grosso. No Território Federal do Acre, a oposição também teve mais votos do que a situação (RICCI, 2019, p.281-282).

¹⁵ A URP conseguiu eleger candidatos para câmaras municipais, Assembleia Legislativa do Paraná e Câmara dos Deputados. Nas eleições de 1935, ela também conquistou prefeituras do interior do Paraná. Dentre as cidades comandadas por políticos da URP, estavam Tibagi (DIÁRIO DA TARDE, 3 mar. 1937, p.1) e Castro (DIÁRIO DA TARDE, 5 ago. 1937, p.4).

quadros do PSD-PR. A execução dessa análise requer a atenção às informações expostas no Quadro 4.

Quadro 4 – Perfil político e profissional dos candidatos do PSD-PR ao cargo de deputado estadual (1934)¹⁶

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
*Acir Guimarães	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Adalberto Scherer	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Agostinho Pereira Alves Filho	Militar	Paranaguá	Litoral	0	0	Sem filiação	1
Alcebiades Cartaxo	Agrônomo	Jacarezinho	Terceiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Alfredo Venske	Industrial	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Aluísio Leone	Médico	Lapa	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Antônio Augusto de Carvalho Chaves	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	2	7	Situação/Oposição	2
*Augusto Santos	Comerciante	Tibagi	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	0
Bernardo Ribeiro Viana	Médico	Palmas	Terceiro planalto	0	0	Oposição	0
*Brasil Pinheiro Machado	Advogado	Ponta Grossa	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	1
Braúlio Barbosa Ferraz	Agropecuaria	Cambará	Terceiro planalto	0	0	Oposição	1
*Caio Graco Machado Lima	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	2	2	Situação/Oposição	0
*Camilo Stellfeld	Farmacêutico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Cassio Virmond	Médico	Guarapuava	Terceiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Djalma Rocha Al-Chueyr	Comerciante	Palmeira	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	3
Eduardo Virmond de Lima	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Erasto Gaertner	Médico	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0

¹⁶ Os indivíduos cujos nomes são precedidos por um asterisco foram eleitos deputados estaduais em 1934.

Nome	Profissão	Município de residência	Região do Estado do Paraná	Total de nomeações para cargos públicos (Primeira República)	Total de mandatos eletivos (Primeira República)	Posição no quadro partidário paranaense (Primeira República)	Total de nomeações para cargos públicos (Governo Provisório)
Epaminondas dos Santos	Comerciante	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Frederico Faria de Oliveira	Jornalista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	1
*Helvídio da Silva Pereira	Advogado	Ponta Grossa	Segundo planalto	2	0	Situação	0
*João Manuel Ribeiro dos Santos	Médico	Jaguariaíva	Segundo planalto	0	0	Sem filiação	0
*João Teófilo Gomy Júnior	Advogado	União da Vitória	Terceiro planalto	3	1	Situação	0
*Lineu Madureira Novais	Médico	Castro	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Mário Erichsen	Engenheiro Civil	Antonina	Litoral	0	0	Sem filiação	1
*Nelson José Correia	Dentista	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Oscar Borges de Macedo Ribas	Advogado	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
*Ovande Ferreira do Amaral e Silva	Médico	Rio Negro	Segundo planalto	1	0	Situação	0
*Raul Gomes Pereira	Médico Veterinário	Curitiba	Primeiro planalto	0	0	Sem filiação	0
Tito Ribeiro de Oliveira Mota	Industrial	Santa Antônio da Platina	Segundo planalto	2	0	Situação	0
Vicente Ferreira de Castro	Militar	Ponta Grossa	Segundo planalto	1	0	Situação	1

Fontes: A República (PR); Correio do Paraná (PR); Diário da Tarde (PR); Diário do Comércio (PR); O Dia (PR); O Estado do Paraná (PR).

As informações presentes no Quadro 4 permitem a sustentação de três constatações. Primeiro, cumpre mencionar que havia um desnível quanto ao número de políticos veteranos e novatos incluídos em tal chapa. Houve, pois, um predomínio dos novatos. Por consequência, cumpre identificar as distintas categorias em que se dividiam os estreantes na disputa pelo cargo de deputado estadual.

O PSD-PR foi um partido que absorveu indivíduos cujas primeiras oportunidades de atuação em esferas administrativas datam do período do Governo Provisório. Uma parcela desses novatos era composta por

participantes das políticas de preenchimento de cargos públicos controladas pelos interventores federais do Paraná. Em boa medida, os membros dessa categoria estavam radicados na capital do estado.

Outra parcela de candidatos era formada por profissionais autônomos residentes em cidades do interior. As informações do Quadro 4 demonstram que uma parte das lideranças municipais do PSD-PR teve êxito no pleito para deputado estadual, apesar da curta experiência na vida política regional. Djalma Rocha, Lineu Madureira e Mário Erichsen pertenciam à categoria de líderes locais do PSD-PR que se mostraram eleitoralmente competitivos.

Uma tarefa capital dessa parcela de filiados era estruturar os diretórios locais da grei. Mário Erichsen, por exemplo, participou da instalação de um diretório do PSD-PR na cidade litorânea de Antonina, em abril de 1933 (O DIA, 25 abr. 1933, p.2). A instalação desse órgão partidário ocorreu uma semana antes da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte. Nesse contexto, Erichsen exercia o cargo de prefeito, para o qual fora nomeado pelo interventor Manuel Ribas. Ao tempo em que desempenhou um posto na administração pública, Erichsen teve um papel decisivo na estruturação local do partido governista. Em síntese, esse engenheiro civil foi um dos correligionários que permitiram que o PSD-PR, na época de sua primeira disputa eleitoral, contasse com o respaldo de diretórios municipais.

Por outro lado, cumpre salientar distinções quanto às origens da ação política dos candidatos do PSD-PR que viviam no interior. Uma diferença diz respeito ao fato de que houve correligionários que não adentraram na vida partidária por meio da filiação à grei situacionista. Tal filiação ocorreu pouco antes das eleições de 1934. Esse era o caso do advogado Brasil Pinheiro Machado (1907-1997). Ele era egresso da Ação Integralista Brasileira. Em 1933, Machado era um destacado membro da AIB na cidade de Ponta Grossa. Ele era o responsável por coordenar localmente as atividades de propaganda dessa agremiação (O DIA, 25 nov. 1933, p.3).

Cabe mencionar que, nessa época, Pinheiro Machado já havia deixado o posto de prefeito de Ponta Grossa. Nomeado pelo interventor Manuel Ribas, ele exerceu tal cargo de agosto de 1932 a janeiro de 1933 (MARCHETTE, 2013). Nesse contexto, o PSD-PR já estava em funcionamento. Portanto, o caso de Pinheiro Machado é uma evidência de que a conquista de nomeações não ocasionou, em todas as situações, a imediata incorporação do nomeado à agremiação partidária do interventor.

Cumpre salientar que o PSD-PR, desde os seus primórdios, foi marcado pela capacidade de absorver integrantes de agremiações rivais. A fusão de tal

partido com o PSN foi apenas o momento derradeiro de um processo de atração de novos filiados. Assim, Pinheiro Machado se afastou de uma agremiação (AIB) que, apesar de sua capilaridade em municípios do interior paranaense, não possuía base eleitoral suficiente para vencer os partidos dominantes – o PSD, PSN e a URP. A migração para o campo governista assegurou a Machado tanto uma vitória eleitoral quanto a presença em esferas da administração pública.¹⁷

Dentre as nove agremiações que participaram das eleições parlamentares ocorridas no Paraná em 1934, a AIB foi o sexto partido em número de votos. Na eleição para a Câmara dos Deputados, essa agremiação angariou 415 sufrágios. No pleito para a Assembleia Legislativa, obteve 453 votos. Ela não conseguiu eleger os seus postulantes (GAZETA DO POVO, 2 nov. 1934, p.1).

De outra parte, trata-se de salientar que havia correligionários do PSD-PR cujo envolvimento em campanhas eleitorais principiou no ano de 1930. O apoio à candidatura de Vargas foi a etapa inicial da ação política desses novatos. Em tal categoria de filiados se encontrava o militar Agostinho Pereira Alves Filho. Antes de ingressar no citado partido, ele era uma liderança da Legião Paranaense na cidade de Paranaguá (O DIA, 12 ago. 1932, p.4). Essa organização reunia os partidários do Governo Provisório. Ela era um órgão de apoio ao grupo político que ascendera ao comando do Governo Federal.

Existiam entidades congêneres em outros estados brasileiros. Inicialmente, foi cogitada a possibilidade de as legiões estaduais se coligarem para a formação de uma agremiação nacional. Porém, esse projeto malogrou em virtude de disputas internas (ABREU, 2015; DONATO, 2002). As informações sobre os primórdios da atividade política de Agostinho Alves Filho permitem destacar a capacidade de o PSD-PR incorporar aos seus quadros indivíduos oriundos de agremiações que não possuíam sólida estrutura administrativa e relevante base eleitoral. De todo modo, esses indivíduos já possuíam alguma projeção política nos seus municípios de origem. Assim, ao partido situacionista do Paraná foi operacional conferir a essas lideranças o controle dos seus diretórios locais.

Por fim, cumpre salientar que no rol de novatos do PSD-PR havia membros da comunidade alemã de Curitiba. Esses correligionários eram Adalberto Scherer, Alfredo Venske e Camilo Stellfeld. Dentre esses três indivíduos, foi

¹⁷ Após a dissolução da Assembleia Legislativa, em 1937, Brasil Pinheiro Machado foi integrado ao alto funcionalismo público do Paraná. Em 1939, por exemplo, ele obteve o cargo de Procurador-Geral do Estado (MARCHETTE, 2013).

Scherer quem obteve maior apoio dos integrantes da citada comunidade na eleição estadual de 1934 (OLIVEIRA, 1997).

A incorporação desses indivíduos à chapa de candidatos a deputado estadual evidencia uma estratégia de aproximação com o eleitorado de origem alemã da capital paranaense. Ela também denota a adesão de setores da elite econômica de Curitiba a um partido governista. Nesse particular, cumpre mencionar desde a época da Primeira República as famílias de Scherer e Venske atuavam no ramo industrial.¹⁸ Carlos Stellfeld, por seu turno, era o proprietário de uma farmácia criada por seus familiares em 1857 (SIGOLO, 1998). Portanto, os dirigentes do PSD-PR incorporaram à sua chapa indivíduos cujas parentelas possuíam um enraizamento tanto na comunidade alemã de Curitiba quanto no meio empresarial dessa cidade.

Trata-se, por fim, de fundamentar a segunda constatação desta seção. As informações do Quadro 4 permitem salientar que o surgimento PSD-PR favoreceu a reabilitação das carreiras políticas de veteranos que tiveram projeção na cena partidária paranaense ao tempo da Primeira República. O PSD-PR não foi apenas o partido que absorveu dissidentes da agremiação governista que existiu no Paraná nos anos anteriores a 1930. Ele também contou com a presença de adversários da candidatura presidencial de Vargas. Em sua maioria, esses adesistas permaneceram eleitoralmente competitivos no período posterior à Revolução de 1930. Desse modo, houve antigos partidários da oligarquia destituída que contribuíram para a organização da nova agremiação governista.

Para salientar as características da origem das carreiras políticas dos veteranos, cumpre destacar os casos de Antônio Augusto de Carvalho Chaves (1875-1949) e Caio Graco Machado Lima (1885-1954). Chaves rompera com os situacionistas em 1915. O seu desligamento do grupo dominante lhe tornou eleitoralmente pouco competitivo. Por consequência, ele atravessou os últimos anos da Primeira República afastado das instituições políticas. A reabilitação de Chaves na cena partidária ocorreu em 1930, quando apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas. A obtenção de um cargo público consistiu na primeira etapa dessa reabilitação. Mais precisamente, em 1931, ele foi nomeado para o posto de Secretário da Fazenda do Paraná (O DIA, 6 nov. 1931, p.8). Assim, para uma parte dos adesistas, a emergência de um novo grupo político

¹⁸ O pai de Alfredo Venske, o imigrante alemão Gustavo Venske, fundou uma fábrica de fitas em Curitiba, no ano de 1907. Membros da família Scherer eram acionistas dessa empresa (OLIVEIRA JÚNIOR, 2000).

ao comando do Governo estadual significou o término de um longo isolamento político.

Por outro lado, a inclusão de Caio Machado na chapa de postulantes do PSD-PR é um indício de que houve adversários da candidatura de Vargas que não demoraram a aderir ao novo grupo situacionista do Paraná. Machado era irmão do citado Antônio Jorge Machado Lima. Porém, quando aconteceu a Revolução de 1930, eles não estavam politicamente alinhados. Contrariamente a Antônio Jorge, em tal época Caio Machado era um apoiador do partido controlado pela oligarquia estadual. Quando ocorreu a eleição presidencial de 1930, ele pertencia à bancada governista do Congresso Legislativo do Paraná (A REPÚBLICA, 28 jan. 1930, p.3).

Na qualidade de diretor do jornal *A República*, Machado se incumbiu de criticar as pretensões eleitorais dos chefes paranaenses da Aliança Liberal (A REPÚBLICA, 6 jun. 1930, p. 1). Nessa época, ele também participou dos esquemas de nomeações federais. Em 1930, a deposição do presidente Washington Luís provocou a exoneração de Machado do posto de Fiscal de Bancos do Paraná (O DIA, 19 dez. 1930, p.8).

Nas eleições de 1934, os referidos irmãos já se encontravam no mesmo campo político. Portanto, Caio Machado se integrou ao grupo de aliados do interventor federal. A absorção de ambos pelo PSD-PR foi marcada por uma divisão de tarefas. Consoante destacado, Antônio Jorge conquistou posições centrais no ordenamento administrativo paranaense no curso do Governo Provisório. Nesse contexto, Caio Machado se tornou um dos principais propagandistas do grupo político ao qual aderira. Denominado *O Dia*, o jornal que ele dirigia atuou como um órgão de divulgação das atividades da agremiação dominante e dos atos do interventor (O DIA, 13 nov. 1934, p.1). A condição de jornalista profissional foi útil para que Machado assumisse a tarefa de defender sua nova grei por meio da imprensa.

A adesão ao PSD-PR também foi uma iniciativa peculiar a chefes políticos municipais que desde a Primeira República participavam de eleições e de esquemas de nomeações para postos na administração estadual. O Quadro 4 evidencia que um desses adesistas era o advogado João Teófilo Gomy Júnior (1887-1959), que fora vereador em União da Vitória no final dos anos 1920. Ele foi um entusiasta da candidatura presidencial de Júlio Prestes em 1930 (A REPÚBLICA, 28 jan. 1930, p.3). Contudo, em 1931 Gomy Júnior já se encontrava integrado a um diretório formado por apoiadores de Vargas em União da

Vitória (O DIA, 12 ago. 1931, p.5).¹⁹ Em suma, Gomy Júnior se engajou nas primeiras iniciativas direcionadas à montagem de uma agremiação governista no período imediatamente posterior à Revolução de 1930.

Convém salientar as principais consequências do ingresso no PSD-PR. Uma das consequências consistiu em assegurar aos veteranos a sua reintegração ao quadro administrativo e partidário do Paraná. Os veteranos, a exemplo de Antônio de Carvalho Chaves e Antônio Jorge Machado Lima, conseguiram recuperar posições proeminentes nas agências do estado. Quanto aos novatos, o principal efeito da filiação àquela grei consistiu em adquirir um treinamento na criação e gestão de diretórios municipais. Outra implicação do vínculo ao governismo era ser integrado às novas agências da administração paranaense, como a Comissão de Sindicância e o Conselho Consultivo.

Cumprе, por fim, sustentar a terceira constatação desta seção. Em 1934, houve a consolidação de um cenário partidário que se desintegrou apenas com a instauração do Estado Novo. Nesse contexto, o mais consistente grupo de oposição ao PSD-PR era a URP, ou seja, o partido dos políticos veteranos destituídos de seus cargos em 1930. No pleito de 1934, essa grei teve uma votação ligeiramente maior que a do PSN. Atente-se, pois, à votação partidária das agremiações dominantes na disputa pelas vagas de deputado estadual: PSD-PR, 22.441; URP, 8.964; PSN 8.416 (GAZETA DO POVO, 02 nov. 1934, p.1).

Em um universo de novas agremiações, a votação conquistada pelo PSD-PR nesse pleito representou 53,2% do total de sufrágios. Ao passo que a agremiação governista elegeu vinte deputados estaduais, a URP e o PSN conseguiram eleger, individualmente, cinco postulantes. Assim, verifica-se a redução do percentual de votos do PSD-PR em relação ao pleito de 1933. Havia, portanto, efetiva polarização entre os grupos da situação e da oposição no Paraná.

Diferentemente do ocorrido com o PSN, a URP não se aproximou dos governistas. De 1934 a 1937, ela desenvolveu uma ação política permanente. A manutenção de diretórios em distintas regiões, inclusive em períodos não eleitorais, foi um aspecto inerente à história do partido. A alta coesão entre os políticos oriundos da ordem governista da Primeira República contribuiu para o estável funcionamento da agremiação.²⁰ A URP, portanto, não mudou sua

¹⁹ A entidade política que apoiava o interventor nesse momento era denominada Diretório Central Revolucionário do Paraná.

²⁰ Em julho de 1937, por exemplo, estava em funcionamento um diretório da URP na cidade litorânea de Paranaguá. Nessa ocasião, o diretório se reuniu para eleger o substituto de José Gonçalves Lobo (1866-1937) na presidência do órgão. Lobo desenvolveu sua carreira política na

linha de ação política durante o Governo constitucional de Vargas. A incorporação de lideranças desse partido às políticas de nomeações estaduais ocorreu a partir do advento do Estado Novo.²¹

Considerações finais

Por meio do estudo do caso de uma agremiação situacionista fundada no Paraná, a presente investigação buscou avançar no conhecimento da organização interna e da ação eleitoral dos partidos criados ao tempo do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Em um sentido amplo, essa abordagem objetivou oferecer subsídios à análise comparada dos processos de reorganização da cena partidária dos estados nos anos posteriores a 1930. As informações aqui analisadas subsidiam a identificação de distinções regionais quanto ao grau de renovação dos quadros partidários, ao desempenho eleitoral de agremiações situacionistas e oposicionistas, e às motivações das dissidências partidárias ocorridas nos estados. Nesse quadro, cumpre destacar quatro resultados do artigo.

Primeiro, cabe mencionar que a composição do diretório central e das chapas de candidatos do PSD-PR comporta evidências de que, no começo dos anos 1930, ocorreu a emergência de uma nova geração de políticos no Paraná. Iniciados nas lides políticas por meio do envolvimento na campanha presidencial de Vargas, os integrantes dessa agremiação conquistaram rapidamente postos cruciais nas esferas da administração estadual. O PSD-PR contou com a participação de novatos que se inseriram nessas esferas por meio do envolvimento nas políticas de preenchimento de cargos comissionados.

Segundo, convém destacar que os políticos veteranos não foram proscritos da nova agremiação situacionista. De fato, eles formavam um grupo minoritário. Porém, conseguiram assegurar posições na Mesa Executiva do diretório central do PSD-PR e nas chapas de candidatos. Na Primeira República, esses veteranos tiveram a experiência de organizar partidos de situação e de oposição. Em suma, uma parcela dos membros fundadores do PSD-PR possuía um longo treinamento na gestão de agremiações estaduais. Convém salientar que uma parte desses veteranos permaneceu eleitoralmente

qualidade de correligionário dos próceres da URP (DIÁRIO DA TARDE, 28 jul. 1937, p.5).

²¹ Acerca dos perfis políticos dos participantes dos esquemas de nomeações estaduais no Paraná, de 1937 a 1945, ver Dagostim (2011).

competitiva nos anos 1930. Favorecidos pelo apoio do eleitorado situacionista, eles recuperaram um espaço em instituições como a Assembleia do Paraná.

Terceiro, cumpre mencionar que o PSD-PR teve êxito na tarefa de atrair correligionários de outros partidos. A absorção de membros de agremiações, como a AIB e o PSN, fortaleceu o grupo governista. Nesse período, os principais embates políticos no Paraná eram travados entre os situacionistas e os veteranos oriundos da agremiação que dominou na cena partidária do estado à época da Primeira República.

Por fim, a quarta constatação salienta que o PSD-PR pertenceu ao rol dos partidos governistas que não foram suplantados pelos seus antagonistas. As dissidências eventualmente abertas no interior dessa grei não foram suficientes para ocasionar uma perda expressiva de correligionários. A vida interna dessa agremiação não permaneceu estável durante toda a década de 1930. Todavia, os conflitos entre as lideranças maiores do partido não foram acompanhados pela desarticulação das bases eleitorais dos situacionistas no interior do Paraná. A conquista da maioria das vagas na Assembleia Legislativa e na bancada paranaense na Câmara dos Deputados foi sucedida pelo controle da parcela majoritária das prefeituras do estado. Às vésperas do advento do Estado Novo, a fusão do PSD-PR com o PSN evidenciou a capacidade de os governistas cooptarem adversários ao seu grupo político.

Referências

- ABREU, Alzira Alves de (Coord.). (2015). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- ACHIAMÉ, Fernando. (2010). *O Espírito Santo na Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- A FEDERAÇÃO. (1928, 9 jun.). Porto Alegre, n. 133. *Proclamação*. p.4.
- ALVES, Alessandro Cavassin. (2014). *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- ALVES, Luiz Felipe. (2019). *Elites integralistas em Paranaguá nos anos 30: organização e estruturas socioafetivas*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- A REPÚBLICA. (1930, 28 jan.). Curitiba, n. 23. *Congresso Legislativo do Estado*. p.3.
- (1930, 6 jun.). Curitiba, n. 123. *A República*. p. 1.
- (1930, 28 jan.) Curitiba, n. 23. *Contraste expressivo*. p.3.
- (1929, 10 ago.). Curitiba, n. 186. *Apólices de Seguro de Vida*. p.2.

- (1919, 21 nov.). Curitiba, n. 274. *As eleições*. p.3.
- CHARLE, Christophe.
(2006). A prosopografia ou biografias coletivas: balanço e perspectivas. In: Flávio Heinz (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 41-54.
- CODATO, Adriano Nervo.
(2008) *Elites e instituições: uma análise contextual do Estado Novo*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas.
- CORREIO DO PARANÁ.
(1932, 9 abr.) Curitiba, n. 1. *Pela organização legal da Revolução*. p.1.
- COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas;
PERISSINOTTO, Renato Monseff.
(2017). Oligarquia Competitiva e Profissionalização Política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 60, n. 1, p. 79-110.
- DAGOSTIM, Maristela Wessler.
(2011). *A República dos Conselhos: um estudo sobre a transformação do perfil da elite política paranaense (1930-1947)*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- DIÁRIO DA TARDE.
(1934, 17 abr.) Curitiba, n. 11747. *A organização do novo partido*. p.1.
- (1934, 2 jul.). Curitiba, n. 11811. *Novo partido político*. p.1.
- (1937, 28 jul.). Curitiba, n. 12749. *A União Republicana em Paranaguá*. p.5.
- (1934, 4 ago). Curitiba, n. 11840. *O Dr. Affonso Camargo e a situação*. p.1.
- (1934, 28 ago). Curitiba, n. 11859. *Página do Partido Social Nacionalista*. p.2.
- (1937, 25 set.). Curitiba, n. 12800. *Coluna do Partido Social Nacionalista*. p.2.
- (1933, 9 fev.). Curitiba, n. 11397. *Superior Tribunal de Justiça*. p.2.
- (1933, 5 jan.). Curitiba, n. 11362. *Está reorganizado o Conselho Consultivo do Paraná*. p.1.
- (1937, 25 set.). Curitiba, n. 12800. *Coluna do Partido Social Democrático*. p.2.
- (1937, 3 mar.). Curitiba, n. 12625. *O desmembramento do município de Tibagi*. p.1.
- (1937, 5 ago.). Curitiba, n. 12756. *Vida social*. p.4.
- DITZEL, Carmencita Holleben de Mello.
(2007). *Imaginários e representações: o Integralismo nos Campos Gerais*. Ponta Grossa: Ed. UEPG.
- DONATO, Hernani.
(2002). *História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Ibrasa.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca.
(2016). *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Juiz de Fora.
- GAZETA DO POVO.
(1932, 24 nov.). Curitiba, n. 328. *PRP*. p.1.
- (1934, 2 nov.). Curitiba, n. 306. *Eleições*. p.1.
- GOMES, Sandro Aramis Richter.
(2017). *Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (c. 1853-c.1926)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- GOULART, Mônica Helena Harrih Silva.
(2014). *A dança das cadeiras: análise do jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial.
- GRANATO, Natália Cristina.
(2019). *O Poder Legislativo paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo dos capitais familiares e políticos dos deputados*

- federais e estaduais (1930-1937). *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*, v. 5, n. 1, p. 1-39.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva.
(2016) *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Tese de mestrado em História apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas.
(2013). *A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional no território acadêmico*. Tese de doutorado em História apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- NOHLEN, Dieter.
(2005). *Elections in the Americas: A Data Handbook*. vol. 2. Oxford, Oxford University Press.
- NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliogio (Org.).
(2004). *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul: 1823-2002*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- O DIA.
(1933, 7 jan.). Curitiba, n. 2757. *Reunião Política*. p.1
- (1931, 5 fev.). Curitiba, n. 2174. *Grande reunião política*. p.2.
- (1933, 3 fev.). Curitiba, n. 2780. *Conselho Consultivo do Paraná*. p.4.
- (1933, 1º jun.). Curitiba, n. 2876. *Atos Oficiais*. p.8.
- (1931, 12 ago.). Curitiba, n. 2314. *Convenção política*. p.5.
- (1933, 26 jan.). Curitiba, n. 2773. *Conselho Consultivo*. p.8.
- (1930, 19 dez.). Curitiba, n. 2735. *O sr. Caio Machado foi exonerado do cargo de fiscal de bancos, no Paraná*. p.8.
- (1934, 13 nov.). Curitiba, n. 3318. *O Dia*. 13 nov. 1934, p.1.
- (1937, 19 jun.). Curitiba, n. 4265. *O presidente Getúlio Vargas apoia a fusão do PSD com o PSN*. p.1.
- (1931, 6 nov.). Curitiba, n. 2385. *O sr. Carvalho Chaves regressa ao Paraná*. p.8.
- (1932, 12 ago.). Curitiba, n. 2632. *Legião Paranaense*. p.4.
- (1931, 8 nov.). Curitiba, n. 2387. *Conselho Consultivo*. p.1.
- (1931, 8 nov.). Curitiba, n. 2150. *Violento choque de veículos*. p.4.
- (1933, 18 maio). Curitiba, n. 2864. *Os candidatos eleitos à Assembleia Nacional Constituinte*. p.1.
- (1934, 20 abr.). Curitiba, n. 2145. *Atos governamentais*. p.7.
- (1934, 31 out.). Curitiba, n. 3308. *Os eleitos do Paraná*. p.1.
- (1933, 25 abr.). Curitiba, n. 2846. *Notas políticas da atualidade*. p.2.
- (1933, 25 nov.). Curitiba, n. 3027. *De Ponta Grossa*. p.3.
- (1926, 21 dez.). Curitiba, n. 1115. *Partido Democrático Paranaense*. p.1
- OLIVEIRA, Luiz Gustavo.
(2015). *Devotos do Sigma: integralistas de Teixeira Soares/PR, 1935-1938*. Tese de mestrado em História apresentada à Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná.
- OLIVEIRA, Ricardo (Org.).
(2004). *A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná, 1930-1980*. Curitiba: Seti.
- (1997). Nota sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*, v. 1, n. 9, p. 47-56.

- OLIVEIRA JÚNIOR, Walfrido Soares de.
(2000). *Fitas Venske: discussões acerca do mundo fabril em Curitiba*. Tese de mestrado em História apresentada à Universidade Federal do Paraná.
- O PAIZ
(1930, 10 abr.). Rio de Janeiro, n. 16608. *As eleições de 1º de março*. p.4.
- PANDOLFI, Dulce Chaves.
(1980). A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Ângela Maria de Castro Gomes (Coord.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 339-425.
- PORTO, Walter Costa.
(2002). *O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República*. Rio de Janeiro, Topbooks.
- PRADO, Maria Lígia Coelho.
(1986). *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática.
- RAMOS, Plínio de Abreu.
(1993). *O PSD mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- (1980). *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis:Vozes.
- RICCI, Paolo (Org.).
(2019). *O autoritarismo eleitoral dos anos 1930 e o Código Eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos.
(2013). O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 1, p. 9-37.
- SIGOLO, Renata Palandri.
(1998). *A saúde em frascos: concepções de saúde, doença e cura em Curitiba, 1930/45*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- SILVA, Estevão; SILVA, Thiago.
(2015). Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, p. 75-106.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de.
(1983). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega.
- SPINELLI, José Antônio.
(2010). *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*. Natal: Ed. UFRN.
- STONE, Lawrence.
(2011). Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137.
- ZULINI, Jaqueline Porto.
(2016). *Modos do bom governo da Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime oligárquico de 1889-1930*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo.

Recebido em

julho de 2020

Aprovado em

maio de 2023